

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: INTERVENÇÕES CLÍNICAS E NÃO CLÍNICAS

Isabel Cristina Gonçalves

Gabinete de Apoio ao Tutorado, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Introdução

Em Portugal, a investigação produzida acerca dos estudantes do ensino superior, enquanto grupo com características próprias e problemáticas específicas tem vindo a ser mais abundante nos últimos vinte anos, centrando-se acima de tudo nas temáticas da adaptação ao ensino superior dos estudantes do ensino secundário, nos fatores que se relacionam com o sucesso e insucesso académicos, na adaptação e desenvolvimento psicossocial dos estudantes. A associação profissional “Rede de Serviços de Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior” (RESAPES-AP) impulsionou ainda um conjunto de estudos sobre os fatores de *stress* e potenciação de dificuldades de adaptação entre os estudantes do ensino superior, estudos que evidenciam a existência de sofrimento psicológico entre estes estudantes (com ou sem impacto sobre o rendimento académico) e a necessidade de recurso aos Serviços de Aconselhamento Psicológico disponíveis no território português desde meados dos anos 80.

As mudanças aceleradas a que assistimos nos últimos 20-30 anos, a nível mundial, mas sobretudo a nível europeu, com a implementação do Processo de Bolonha nas universidades, com o crescimento exponencial nos formatos de reunir, difundir e processar informação recorrendo à internet, e a recente crise económica e social, conduziram a um conjunto de alterações muitíssimo significativas ao nível do tecido psicossocial em que se movimentam os públicos que acedem presentemente ao ensino superior um pouco por toda a Europa.

A presente reflexão revê alguns dos aspetos mais significativos deste quadro de mudança tomando como ponto de partida a comparação entre as mais tradicionais intervenções clínicas preconizadas pelos serviços de aconselhamento psicológico, e intervenções de espectro mais alargado, e que incluem, nomeadamente os programas de mentorado (FCUL) e de tutorado (IST-UTL), que procurando promover as competências psicossociais dos estudantes, o fazem num recorte que é essencialmente não clínico, mas claramente sustentado pelas teorias psicológicas.

Intervenções clínicas no Ensino Superior

A nível mundial, os Estados Unidos e a nível europeu a Inglaterra foram pioneiros na criação dos serviços de aconselhamento universitário. O aumento explosivo da população universitária nos Estados Unidos nos anos 40 e em Inglaterra nos anos 60 propiciaram este desenvolvimento, a par da preocupação com o bem-estar psicossocial dos estudantes, com o seu desenvolvimento holístico e com a sua saúde (Dias & Fontaine, 1997).

Na ausência de uma definição nacional do que constitui o aconselhamento psicológico a estudantes, que corresponde à total ausência de legislação específica para esta atividade, vamos socorrer-nos de um decreto governamental austríaco (1990) que define da seguinte forma os objetivos desse aconselhamento: “ *fornecer assistência aos estudantes atuais e prospetivos, na escolha e prossecução dos seus estudos, particularmente através 1) da avaliação psicológica e do aconselhamento; 2) da ação psicológica remediativa incluindo a psicoterapia; 3) da promoção da performance académica e do desenvolvimento da personalidade; e 4) das investigações científicas, projetos e publicações nas áreas acima indicadas*”. No volume 1 do documento editado pela RESAPES-AP em 2002 – “A situação dos Serviços de Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior em Portugal” revêem-se detalhadamente aspetos da evolução destes serviços, do seu contexto nacional e internacional, e das suas funções e objetivos tendo como referencial a *World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century* (Unesco, 1998), que salienta a necessidade de “*a educação ser levada a cabo de uma forma holística, endereçando as necessidades pessoais e de desenvolvimento dos estudantes enquanto seres humanos completos*”.

Os objetivos específicos enunciados no documento seminal elaborado por uma vasta equipa de técnicos e investigadores associados à RESAPES-AP incluíam as áreas da prevenção, do desenvolvimento e da remediação no Ensino Superior.

No seguimento de uma investigação levada a cabo por Medeiros, Ferreira, Ponciano e Pocinho (1997), que conduziu à elaboração de uma proposta de criação de um Serviço de Apoio Psicológico para os estudantes da Universidade dos Açores sugeria-se que este tipo de Serviço deverá ter uma “*intervenção estrutural tripolar*”, incluindo as seguintes valências: uma abordagem desenvolvimentista (com uma vertente institucional e uma vertente pessoal, centrando-se a primeira na criação de infraestruturas e espaços de reflexão e debate a nível curricular e extracurricular e a segunda no desenvolvimento de estratégias de otimização das capacidades individuais e do rendimento escolar), uma abordagem de aconselhamento (incluindo os métodos de estudo, o treino de estratégias para lidar com a ansiedade às avaliações, as intervenções de crise e o acompanhamento vocacional) e uma abordagem clínica (incluindo a identificação de situações de risco e a prevenção secundária).

Gonçalves e Cruz (1988), numa linha concordante e parcialmente sobreposta à dos autores acima referenciados, no que se refere às áreas de intervenção que devem ser consideradas, procedem a uma distinção deste tipo de serviços em remediativos, preventivos e de desenvolvimento. Como nos parece bastante completa a discriminação das várias funções que se espera de cada um, passaremos a resumir as valências identificadas por estes autores:

Serviços Remediativos

Consistem, acima de tudo, na “psicoterapia ou apoio terapêutico”, dirigido a estudantes que experienciam problemas de ajustamento significativos, que exigem “atenção (profissional) imediata” (Garni et al., 1982 cit. por Gonçalves e Cruz, 1988). Recordam os autores que, “quanto mais imediata e eficaz for esta resposta, maiores serão as possibilidades de prevenir a emergência de situações de rutura total como é o caso, por exemplo, do esgotamento/exaustão, depressão, abandono dos estudos ou até mesmo o suicídio”. Para além das atividades de terapia breve (a preferir, de acordo com estes autores, “dado o reconhecimento da sua superioridade em termos de custo/eficácia”) e prolongada, estes serviços poderão ainda dispor de unidades de emergência (p.ex. “linhas de crise”, a exemplo da que funciona na Universidade de Aveiro – Projeto LUA) em que possa ser assegurado atendimento para situações de maior gravidade.

Serviços Preventivos

Estes serviços são descritos como centrais (Gonçalves e Cruz, 1988), tendo como objetivo a diminuição da incidência de determinados problemas, “*mediante a identificação e controle dos fatores de risco*”. A construção de programas preventivos deve começar, para aqueles autores, precisamente pela identificação desses fatores - e especificam que “*num país como Portugal, em que a vinculação física e psicológica à estrutura familiar é altamente valorizada, os estudantes obrigados a deslocarem-se das suas comunidades poderão facilmente ser identificados como uma população em risco*”. Estes autores apresentam algumas sugestões concretas de programas preventivos que poderiam ser construídos, quer para o período de entrada na universidade, quer para o período de transição para o mundo do trabalho, momentos tipicamente considerados como mais stressantes:

- “*organização de grupos de desenvolvimento pessoal*”
- “*dinamização de atividades sociais*”
- “*constituição de uma rede de aconselhamento de colegas*”
- “*preparação de cuidadosos programas de receção e acolhimento aos novos alunos*”
- “*programas de desenvolvimento de competências de procura de emprego*”

- *“apoio à seleção de locais de estágio e estudos pós-graduados”*

Serviços de Desenvolvimento

O objetivo, aqui, é ir *“além da identificação dos fatores de risco”*, procurando *“orientar a intervenção para a promoção e otimização do desenvolvimento psicológico”*, de modo a *“ajudar os estudantes a beneficiarem maximamente do desenvolvimento psicológico”* (Gonçalves e Cruz, 1988). Estes autores identificam algumas áreas de intervenção possíveis:

- *“programas de desenvolvimento de competências de estudo, resolução de problemas e de estratégias de planeamento e execução de testes e trabalhos escolares”*
- *“programas de desenvolvimento de relações sociais, treino de asserção, desenvolvimento moral e do autoconhecimento”*
- *programas sequenciais de treino de competências comportamentais e cognitivas de escolha, planeamento e ação no desenvolvimento de uma identidade vocacional*
- *“aconselhamento de tempos livres”*

Serviços de Consulta Psicológica e Educacional à Comunidade

Numa linha talvez um pouco mais ousada, estes autores desenvolvem a ideia de que os “Serviços Universitários de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano” deverão também responsabilizar-se pela criação e formação de *“uma vasta rede de alunos, funcionários, professores e outros elementos que lidem diariamente com o estudante”*, de modo a atingir uma população mais vasta do que a que poderá recorrer às formas mais diretas de intervenção, desmultiplicando assim os serviços prestados, nomeadamente através...

- *“da modificação das determinantes ambientais de alguns tipos de problemas (p.ex. horários, esquemas de avaliação, organização de residências)”*
- *“da organização da vida universitária de forma a potencializar o desenvolvimento do estudante” (p.ex. “organização dos alunos em grupos de trabalho, experiências de desenvolvimento extracurricular”)*

Nesta linha de intervenção, os autores acrescentam uma valência “nova” para os “Serviços Universitários de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano”, que consiste na ação mais ou menos direta sobre a comunidade, tornada possível na medida em que *“o sistema de Ensino em Portugal continua preocupantemente carenciado nas áreas de apoio psicopedagógico”*.

Investigação acerca dos Processos de Transformação e Desenvolvimento Humano

Finalmente, Gonçalves e Cruz (1988) referem-se à necessidade de “*conduzir cuidadosa investigação sobre os serviços prestados, com o objetivo duplo de aumentar a sua eficácia e de contribuir para o avanço do conhecimento acerca dos mecanismos reguladores dos processos de transformação e desenvolvimento humano*”, especificando mesmo “três grupos fundamentais de estudo (...): a) estudos epidemiológicos; b) estudos comparativos e de resultados; c) estudos do processo e de caso”.

Os quatro objetivos centrais propostos por estes autores em 1988 são resumidos graficamente lembrando que existe interdependência entre eles, nomeadamente entre as componentes de intervenção clínica e/ou preventiva. Em conclusão, Gonçalves e Cruz (1988) recordam que “*as universidades, enquanto instituições transformadoras do conhecimento, deverão desempenhar um papel pioneiro na organização de serviços e estratégias para o desenvolvimento humano das suas populações*”.

Intervenções não clínicas no Ensino Superior

A descrição das valências propostas por Gonçalves e Cruz nos finais dos anos 80 para os “Serviços Universitários de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano” aponta claramente no sentido da inclusão de uma dimensão não clínica nos mesmos (“Desenvolvimento Humano”), complementar à dimensão estritamente clínica (“Consulta Psicológica”), mais comum na realidade portuguesa talvez até finais dos anos 90.

O trabalho de reflexão conceptual de Gonçalves e Cruz (1988) poderá considerar-se bastante ousado para a época, tendo o mérito de antecipar e quiçá inspirar alguns projetos que viriam a tomar forma no nosso país – referimo-nos à coexistência de Serviços de Aconselhamento Psicológico e de Serviços de Desenvolvimento Humano na mesma instituição de Ensino Superior.

Estas várias valências ou funções dos Serviços de Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior poderão ser sintetizadas, resumidas e organizadas num modelo designado por “o cubo”, que foi descrito em 1974 por Morrill, Oeting e Hurst (cit. em Pace, Stamler, Yarris e June, 1996), e que especifica:

- o **alvo** da intervenção (individual, grupo primário, grupo associativo, instituição ou comunidade)
- os **objectivos** da intervenção (remediativos, preventivos ou desenvolvimentais)
- os **métodos** de intervenção (directa, indirecta - consultadoria e/ou treino, media)

Este modelo serviu de descritor para a intervenção psicológica nos “campus”

universitários, nomeadamente nos EUA, e para a conceptualização das funções dos centros de aconselhamento que aí se instalaram ao longo dos anos 80, podendo ser uma outra forma de sintetizar os modelos de organização dos serviços de aconselhamento que revimos anteriormente, assegurando a sua articulação em unidades com um impacto mais significativo para as instituições de Ensino Superior.

Pace, Stamler, Yannis e June (1996) expandiram o modelo de Morrill, Oeting e Hurst (1974) de modo a que este se adequasse às mudanças que preconizavam para os serviços de aconselhamento, numa tentativa de os mesmos acompanharem as alterações sentidas a partir dos anos 90 ao nível do Ensino Superior.

O modelo desenvolvido concede uma maior flexibilidade aos serviços de aconselhamento nas Universidades, permitindo-lhes responder a um conjunto de realidades actuais e exigências futuras que se podem resumir da seguinte forma:

- preocupações sociais e psicológicas dos estudantes, incluindo as questões multiculturais, as questões relacionadas com a identidade de género, a violência física e o abuso de substâncias;
- aumento da procura dos serviços, e crescente complexidade dos pedidos que justificam essa procura;
- crescente complexidade tecnológica e de meios de comunicação remota (facebook, e-mail, youtube, telemóvel), que conduziu a alterações significativas nos hábitos de relacionamento social, nos modos de aprender, e na percepção do mundo como uma entidade complexa e multicultural;
- aumento exponencial do acesso à informação e conseqüente complexidade crescente das escolhas que os estudantes são convidados a fazer, nomeadamente a nível vocacional e ao nível das saídas profissionais.

Globalmente, o modelo proposto por Pace, Stamler, Yarris & June (1996) descola-se de uma visão em que os serviços de aconselhamento têm como função a ligação à Universidade e sugere que os serviços de aconselhamento procurem intervir nas Universidades como um sistema, tornando mais ‘permeáveis’ os limites do ‘cubo’ proposto em 1974, e permeáveis a um ponto em que são as preocupações e prioridades institucionais que determinam o tipo de intervenção a ser privilegiada pelos recursos humanos dos serviços de aconselhamento.

A evolução do ‘cubo’ de 1974 para o ‘cubo’ de 1996 pode descrever-se da seguinte forma:

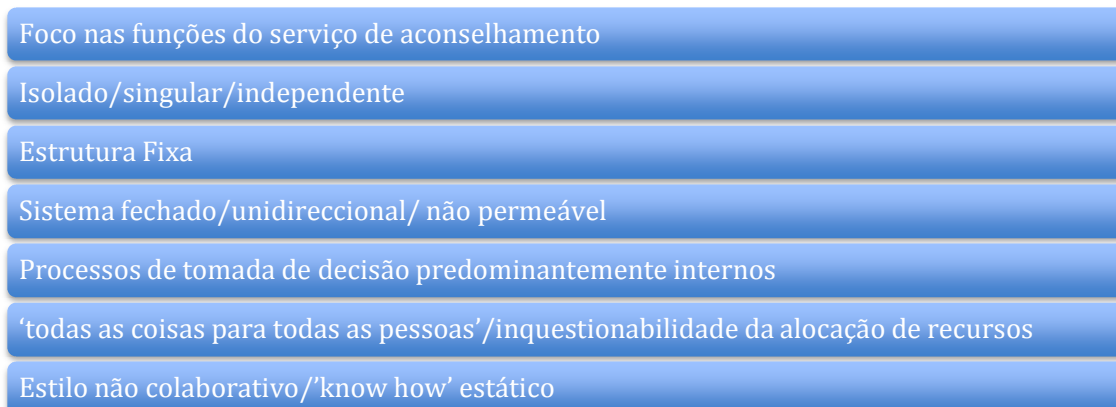


Figura 1 – Características do modelo proposto por Morrill, Oeting e Hurst (1974)

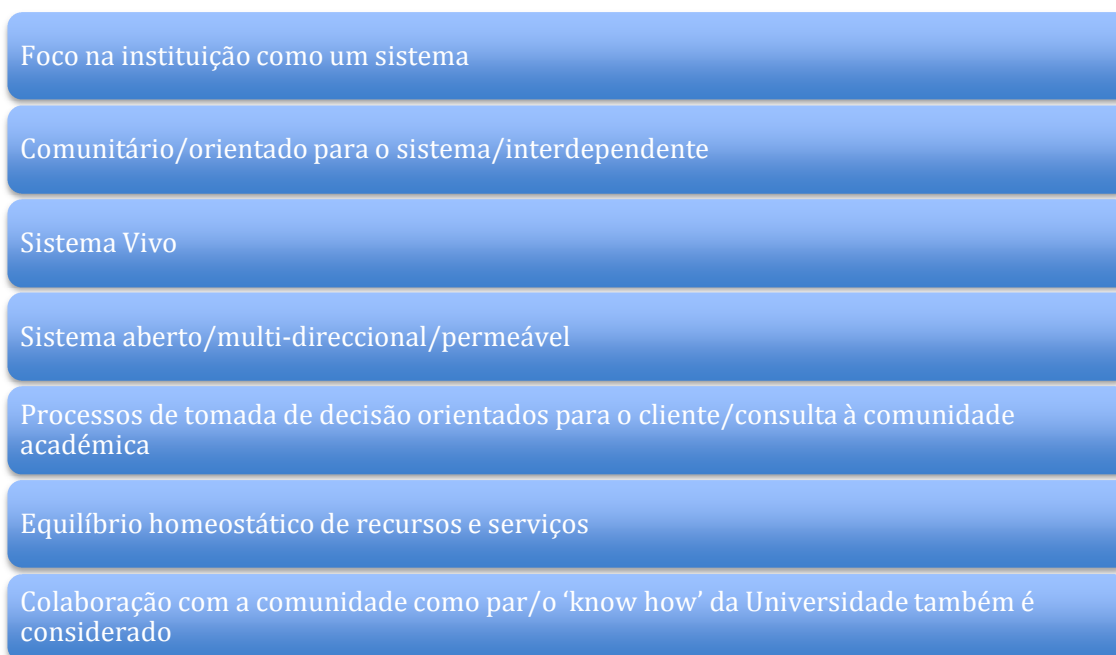


Figura 2 – Características do modelo proposto por Pace, Stamler, Yarris & June (1996)

A ideia subjacente a este modelo de 'cubo interactivo' é a de que, ainda que a principal missão da Universidade seja ensinar, esta missão pode ser alcançada num nível de excelência se incluir a promoção de um sentimento de comunidade académica que

potencie a saúde mental de todos os seus *'stakeholders'*, com particular destaque para os alunos que, enquanto agentes activos no sistema, podem resistir, transformar, ou tornar mesmo nula toda e qualquer influência do ambiente académico' (Huebner, 1989 cit por Pace, Stamler, Yarris & June, 1996).

O Serviço de Apoio Psicológico e o Gabinete de Apoio ao Tutorado do IST

A autora teve a oportunidade de implementar e de coordenar quer o Serviço de Apoio Psicológico (anos 1993 – 2005), quer o Gabinete de Apoio ao Tutorado do IST (2005 – 2012), aproveitando para refletir sobre ambas as experiências à luz do modelo proposto por Pace, Stamler, Yarris e June (1996), uma vez que o primeiro é essencialmente clínico e o segundo predominantemente não clínico, coexistindo de forma pouco articulada na mesma instituição. O impacto de ambas as intervenções sobre o rendimento académico dos estudantes e sobre a instituição como um todo é também analisado, partindo do pressuposto de que toda a intervenção psicológica deve, nestes tempos de afirmação da psicologia e dos psicólogos no nosso país, sustentar a sua intervenção em estudos sobre o custo-efectividade das intervenções psicológicas.

Assim, numa comunicação apresentada na conferência internacional “A informação e a orientação escolar e profissional no ensino superior” (Gonçalves, 1996), o Serviço de Apoio Psicológico (SAP) definia como objetivo principal *“identificar, aconselhar e acompanhar terapêuticamente todas as pessoas que a ele recorram, sejam eles indivíduos, casais famílias ou grupos, procurando sempre promover o seu bem-estar psicológico”*. O número de utentes atendidos no ano de 1995 rondava a centena, e estes podiam distribuir-se, de acordo com a(s) sua(s) queixa(s) nos seguintes grupos: psicoterapia individual, aconselhamento, épocas especiais, mudança de curso e prescrição – i.e. apenas uma parte dos utentes do SAP recorria apresentando queixas do foro clínico, sendo que os restantes utentes procuravam apoio psicológico por razões que se prendiam com o rendimento académico e/ou com o seu grau de ajustamento ao ensino superior. Uma análise do rendimento académico dos utentes (alunos) do SAP, comparando os resultados académicos antes e depois de iniciado o processo terapêutico permitiu concluir que no grupo “psicoterapia individual” os alunos realizam mais cerca de duas unidades curriculares um ano depois de iniciado o processo ($p < .0005$), no grupo “aconselhamento” mais cerca de uma unidade curricular (não significativo) e no grupo “épocas especiais” os alunos não só não pareciam melhorar o seu rendimento académico, como pareciam mesmo tender para um decréscimo nos seus resultados (mesmo quando tinham acesso à Época Especial de Exames). Adicionalmente, os estudantes acompanhados no SAP identificavam um conjunto de ganhos que relacionavam com os acompanhamentos clínicos em que se tinham visto envolvidos e que abrangiam a vida académica, a ocupação dos tempos livres, os relacionamentos interpessoais (família e

grupo dos pares), a qualidade de vida e a saúde e as competências interpessoais (ou transversais).

Os resultados encorajadores descritos e apresentados na conferência de 1997, conduziram a equipa do SAP a apresentar um conjunto de propostas de diversificação das suas atividades precisamente para áreas não clínicas, nomeadamente a implementação de um “mentorado”, de oficinas de treino nas áreas da comunicação interpessoal, dos métodos de estudo e da elaboração de *curriculum vitae* e outras competências necessárias à procura de um primeiro emprego. No ano letivo de 2003/2004, ano em que se começou a desenhar, partindo da equipa do SAP, uma primeira versão do “programa de monitorização e tutorado”, nenhuma das atividades acima descritas (intervenções psicológicas) se encontravam a funcionar de um modo comparável às intervenções clínicas, tendo sido descontinuadas.

O Gabinete de Apoio ao Tutorado (GATu) foi criado apenas em 2007, no seguimento da implementação e alargamento do programa de monitorização e tutorado, conseqüente à implementação de Bolonha no IST. Na descrição da missão do GATu pode ler-se: “promover a integração e o sucesso académico do Estudante, suavizando o desfasamento existente entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior”, sendo que os objectivos que concretizam essa missão incluem, para além do apoio à transição entre níveis de ensino, o acompanhamento dos estudantes ao longo do seu percurso académico, quer potenciando os seus recursos, quer identificando precocemente as situações de insucesso académico, quer ainda apoiando as coordenações de curso e os processos de ensino-aprendizagem, procurando optimizá-los. Uma descrição mais detalhada do funcionamento, fundamentação teórica e estratégica e avaliação deste programa pode ser encontrada no livro recentemente editado “Programa de Monitorização e Tutorado: Oito anos a Promover a Integração e o Sucesso Académico no IST” (2011), contudo o seguinte esquema apresenta, de forma sumária, as actividades que traduzem, na prática, os objectivos e missão do GATu (Gonçalves, 2011):



Figura 3 – Atividades do Gabinete de Apoio ao Tutorado ao longo de um ano letivo

Os dados obtidos por Lima e Regateiro (2011) num estudo relativo à análise quantitativa do Programa de Tutorado sobre o rendimento académico dos estudantes são razoavelmente encorajadores no sentido de se manter um efeito positivo sobre o rendimento académico dos estudantes participantes no Programa. Nesse estudo, assegurou-se que todos os estudantes que efectivamente participaram no Programa nos anos lectivos de 2003/04 a 2006/07 foram identificados e o seu rendimento académico aferido, tendo-se procurado avaliar o impacto do Programa de Tutorado sobre um conjunto de variáveis, a saber:

- comparência dos estudantes às avaliações (uma vez que muitos alunos inscritos numa dada disciplina não chegam a comparecer à avaliação final dessa disciplina);
- sucesso académico medido pelo sucesso a uma determinada unidade curricular (‘passar no exame’);
- sucesso académico medido pelo resultado final do estudante numa determinada disciplina (‘média’).

Os resultados obtidos mostram que, e recorrendo a uma regressão *‘probit’*, os alunos efectivamente participantes no Programa têm 27% de probabilidade de se apresentarem a uma avaliação, têm 17% de probabilidade de obterem sucesso nas disciplinas em que se inscreveram e, finalmente, recorrendo a uma regressão linear, verificamos que os alunos participantes têm uma nota final em média 0,78% melhor, contudo, estes dados (ainda que significativos) carecem de uma validação mais robusta.

Em suma: quer as intervenções clínicas, quer as intervenções de desenvolvimento humano parecem ter um impacto positivo sobre o rendimento académico dos seus públicos-alvo, desde que asseguradas de forma profissional por psicoterapeutas/psicólogos devidamente credenciados para o efeito. A questão que nos parece contudo necessário discutir, e não pretendemos nesta comunicação fazer mais do que lançar as bases para essa discussão, é a da utilidade de os Serviços de Aconselhamento Psicológico se manterem restritos às actividades clínicas – i.e. tendencialmente apresentando uma estrutura fixa, isolados e pouco permeáveis à influência das instituições de ensino superior tomadas como um todo, dependentes da alocação de recursos (humanos e financeiros) por parte da instituição e fazendo uso de um *know-how* essencialmente estático (modelo de Morrill, Oeting e Hurst, 1974). Ou, alternativamente, de se diversificarem e alargarem, focando-se na instituição, assumindo-a como parceira com a qual é possível colaborar, num modo de funcionar essencialmente interdependente, permeável, multidireccional e em que os processos de tomada de decisão são essencialmente orientados para o cliente (modelo de Pace, Stamler, Yarris e June, 1996).

Conclusão

A literatura sobre a avaliação do impacto dos serviços de aconselhamento psicológico nas instituições de ensino superior revela resultados consistentemente positivos ao nível da promoção do bem-estar psicológico e do desenvolvimento pessoal dos utentes desses serviços, na sua esmagadora maioria estudantes (Azevedo, Dias, & Conceição, 2000; Dias, 1988, Gonçalves, 1996).

Os estudos realizados internacionalmente sobre o impacto dos serviços de aconselhamento psicológico no rendimento académico dos utentes (estudantes) desses serviços convergem no sentido de **existir um efeito positivo das intervenções psicológicas sobre o rendimento académico**, que se traduz numa melhoria nas classificações obtidas, numa diminuição do número de anos que os estudantes levam para finalizar o seu curso e ainda numa redução do abandono académico (Hudsman, Avramides, Loveday, Wendell, & Griemsmann, 1986; Schwitzer, Grogan, Kaddoura & Ochoa, 1993; Rickinson, 1997, 1998; Seidman, 1991; Turner & Berry, 2000; Wilson, Mason, & Ewing, 1997). Estes mesmos resultados foram replicados a nível nacional, em três estudos recentes (Gonçalves, 2001; Welling & Vasconcelos, 2008; Ferreira, 2009).

A investigação a nível nacional e internacional no que às intervenções de desenvolvimento e educacionais (acima descritas como não clínicas) no ensino superior diz respeito têm sido infrequentes e nalguns casos inconclusivas, como um estudo recente ainda não publicado e realizado no âmbito do projecto ATTRACT (Enhancing the

Attractiveness of Studies in Science and Technology) facilmente permite concluir. Esta ausência de dados quer sobre o impacto deste tipo de intervenções psicológicas no rendimento académico dos estudantes (e consideramos os resultados publicados relativos ao IST muito incipientes, ainda que promissores), quer (mais ainda) sobre o comportamento dos restantes actores ou públicos-alvo (docentes, departamentos, administração, pais) potencialmente envolvidos neste tipo de intervenções, desencoraja naturalmente a evolução dos serviços clínicos no ensino superior para serviços de desenvolvimento e/ou intervenção mais comunitária.

A tentação será, pois, para os psicólogos que desenvolvem a sua atividade no ensino superior, e que sentem quotidianamente as dificuldades na gestão de recursos limitados para a quantidade de solicitações individuais recebidas, de investirem na área da Consulta Psicológica, limitando as suas intervenções na Área do Desenvolvimento Humano às solicitações directas das instituições de Ensino Superior onde se encontram inseridos. Será compreensível o apego às nossas zonas de conforto, contudo num mundo em mudança como aquele em que as instituições de ensino superior europeias se encontram imersas desde a implementação de Bolonha, ou, mais especificamente, e a nível nacional, decorrentes das alterações ao RJIES, ao Estatuto da Carreira Docente e à criação da A3ES (apenas para citar alguns exemplos), teremos de nos perguntar se essa opção é possível, ou sustentável.

A alternativa consiste em sair deliberada e conscientemente da nossa zona de conforto, “surfando” a onda da mudança, a exemplo do que vem acontecendo na vida académica nacional com a Fusão (eminente) da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa, e se assim for, o que proponho é que repensemos a nossa intervenção no Ensino Superior Português nos moldes propostos por Pace, Stamler, Yarris e June (1996) e timidamente testados um pouco por todo o país (Projeto de Tutorado, IST; Projeto de Mentorado, FCUL – Fernandes, 2005 e FPUL – Simão, Flores, Fernandes & Figueira, 2008; Projecto LUA – Pereira, 1997, 1998, Universidade de Aveiro; Projecto PIC da UCP).

Bibliografia

ATTRACT - Enhancing the Attractiveness of Studies in Science and Technology, consultado em [Abril 2012]: <http://www.attractproject.org/about-attract>

Azevedo, M., Dias, G. F. & Conceição, N. (2000) “Oficina de Aquisição e Promoção de Competências para o Sucesso Académico: Avaliação dos Sucessos e Insucessos da Intervenção”. III Seminário de Investigação e Intervenção Psicológica no Ensino Superior

- Adaptação e Sucesso: Formas de Intervenção, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 30 de Junho, Monte de Caparica.
- Dias, G. F. (1988). Psicoterapia breve a estudantes universitários. Psicologia, 6, pp 29-46
- Dias, G. & Fontaine, A. (1997) Diferenças Desenvolvimentais entre estudantes que Solicitam e Não Solicitam apoio Psicológico/Psiquiátrico Lisboa: Actas do 1º Encontro de Serviços de Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior (a aguardar publicação)
- Fernandes, C. P. (2005) PAF – Como intervir precocemente com estudantes do ensino superior, Pereira, A. & Motta, E. D. (Eds), Actas do Congresso Nacional “Acção Social e Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior”, Coimbra: Serviços de Acção Social, pp 227 - 235
- Ferreira, C. (2009) Intervenção Psicológica no Ensino Superior: Efeito da Psicoterapia no Rendimento Académico, Dissertação do Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
- Gonçalves, I. (1996) O Serviço de Apoio Psicológico do Instituto Superior Técnico: Balanço do Trabalho realizado durante o ano de 1995 Coimbra: Actas da Conferência Internacional ‘A Informação e a Orientação Escolar e Profissional no Ensino Superior: Um desafio da Europa’, pp 47 – 59
- Gonçalves, I. (2011) Programa de Tutorado: Orgânica, Missão e Objectivos in Programa de Monitorização e Tutorado: Oito Anos a Promover a Integração e o Sucesso Académico no IST Lisboa: IST Press, pp 113 - 117
- Gonçalves, O. & Cruz, F. (1988) A Organização e Implementação de Serviços Universitários de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano Revista Portuguesa de Educação, 1(1) pp 127 – 145
- Hudsman, J. Avramides, B. & Loveday, C. et al (1986) Impact of counseling style on the academic performance of college students in special programs, Journal of College Student Development, 27 (5): pp 394-399, Sep.
- Lima, F. & Regateiro, A. (2011) O impacto do programa de tutorado sobre o rendimento académico dos estudantes do IST in Programa de Monitorização e Tutorado: Oito Anos a Promover a Integração e o Sucesso Académico no IST Lisboa: IST Press, pp 201-205
- Medeiros, M. Ferreira, J. & Ponciano (1997) Caracterização do Estudante da Universidade dos Açores Lisboa: Actas do 1º Encontro de Serviços de Aconselhamento Psicológico no Ensino Superior (a aguardar publicação)

- Pace, D., Stamler, V., Yarris, E. & June, L. (1996) Rounding Out the Cube: Evolution to a Global Model for Counselling Centers Journal of Counselling & Development, March/April, vol. 74 pp 321 – 325
- Pereira, A. (1997) Helping Students to Cope: Peer Counselling in Higher Education. Hull: Univ. Hull
- Pereira, A. (1998) Apoio ao Estudante Universitário: Peer Counselling (Experiência-Piloto) Psicológica 20, pp 113 - 124
- Rickinson, B. (1997) Evaluating the effectiveness of counselling intervention with final year undergraduates, Counselling Psychology Quarterly, Vol. 10, nº 3, pp 271-285
- Rickinson, B. (1998) The relationship between undergraduate student counselling and successful degree completion, Studies in Higher Education, Vol. 23, nº 1, pp 95 – 102
- Seidman, A. (1991) The evaluation of a pre post admissions counselling process at a suburban community-college impact on student satisfaction with the faculty and the institution, retention, and academic performance, College & University, Vol. 66 (4): pp 223-232, Summer
- Simão, V., Flores, M. A., Fernandes, S. & Figueira, C. (2008) Tutoria no Ensino Superior: concepções e práticas, Sísifo – Revista de Ciências da Educação, nº 7, SET/DEZ, pp 75-87
- Turner, A. L. & Berry, T. R. (2000) Counselling center contributions to student retention and graduation: a longitudinal assessment Journal of College Student Development, 41 (6): pp 627-636 Nov. – Dec.
- Schwitzer, A. M., Grogan, K. & Kaddoura, K. et al, Effects of brief mandatory counselling on help-seeking and academic success among at risk college students, Journal of College Student Development, 34 (6): pp 401-405, Nov
- Welling, H. & Vasconcelos, S. (2008) O efeito da psicoterapia sobre o rendimento académico Análise Psicológica, 4 (XXVI): pp 651 – 661
- Wilson, S. B. Mason, T. W. & Ewing, M.J.M. (1997) Evaluating the impact of receiving university-based counseling services on student retention, Journal of Counselling Psychology, 44 (3): pp 316-320
- World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century: Vision and Action (Unesco, 1998) consultado em [Março 2010]
http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_eng.htm